

Desenvolvimento do mercado de carbono brasileiro passa por acesso dos pequenos e médios produtores rurais¹

Paulo Branco²

Pedro Fittipaldi³

Fernando Antunes Lopes⁴

Eduardo Caldas⁵

O aquecimento global já não é uma previsão alarmante, e sim uma realidade preocupante. A comunidade científica vem repetidamente disparando alertas de que a crise climática está próxima a um ponto de inflexão. Para proteger nosso planeta é preciso não só agir com urgência, mas garantir que a natureza esteja no centro dessas ações.

Nesse contexto, o desenvolvimento de um mercado de carbono no Brasil é uma alternativa de mecanismo de financiamento da restauração e da conservação da natureza com grande potencial, mas que precisa ser regulamentada para incluir salvaguardas sociais e ambientais claras.

Apesar da expectativa, a COP-27 não avançou nas importantes frentes para a implementação do mercado de carbono global no final do ano passado. Na mesma linha, os negociadores deixaram a Conferência de Bonn sobre Mudanças Climáticas em meados de junho sem grandes progressos materiais em questões como o financiamento climático, o ritmo dos cortes de emissões de carbono e o programa de trabalho de mitigação de perdas e danos.

¹ Artigo publicado no Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/esg/artigo/desenvolvimento-do-mercado-de-carbono-brasileiro-passa-por-acesso-dos-pequenos-e-medios-produtores-rurais.ghtml>. Acesso em: 06 de ago. de 2023.

² Diretor adjunto estratégico do Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS).

³ Advogado e geógrafo pela Universidade de São Paulo (USP).

⁴ Economista.

⁵ Coordenador da TFA (Tropical Forest Alliance) no Brasil.

Desta forma, a mobilização nacional e subnacional – que inclui os estados, o Distrito Federal e os municípios – é ainda mais importante e urgente para garantir progressos, uma vez que o Brasil tem um enorme potencial para liderar essa agenda.

O acesso de pequenos e médios proprietários de terras a essa agenda deve receber especial atenção, já que 81% das propriedades rurais do Brasil têm até 50 hectares e outros 15% contam com até 500 hectares, segundo o Censo Agropecuário do IBGE. Esses estabelecimentos se destacam fortemente por empregar 90% do pessoal ocupado no campo e abrigar a maior parte da produção de alimentos. Apesar da estrutura fundiária apresentar um alto índice de Gini, indicando grande desigualdade da distribuição de terras, a propriedade média do Brasil tem 69 hectares.

Porém, esses proprietários têm grande dificuldade de acesso à venda de créditos de carbono por conta dos altos custos de implementação, certificação e monitoramento de projetos de restauração de ecossistemas. Apesar das atividades de conservação apresentarem custos menores, os gastos com instalação de cercas, monitoramento e atividades burocráticas ainda são altos.

Para diluir os custos e compartilhar os desafios de monitoramento, essa implementação pode ser realizada por associações ou outros grupos organizados de proprietários de terras dentro da mesma região. Outra possibilidade para contornar essa dificuldade é a estruturação de uma certificação em nível subnacional que tenha custos e prazos menores, que pode ser auditada internamente no país para verificação da geração de créditos de boa qualidade.

Um dos principais desafios é a governança, principalmente referente às questões fundiárias e à dificuldade em acessar áreas remotas. Nesse sentido, os governos estaduais e municipais são fundamentais para criar condições que direcionam o mercado de carbono como fonte de financiamento para a conservação e restauração.

Diante disso, uma coalizão público-privada formada para aproximar e engajar atores de diferentes setores no fomento a políticas públicas e estratégias no mercado de carbono, composta por Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS), Salesforce, Tropical Forest Alliance (TFA) e AYA Earth Partners, preparou um amplo estudo, em fase final de publicação, para propor soluções para a formação de um mercado de carbono mais justo e inclusivo no Brasil, com democratização de acesso para pequenos e médios produtores.

Além da garantia de um planejamento participativo e de um monitoramento efetivo, o estudo indica, entre outras recomendações preliminares, que a definição de um órgão governamental responsável traz autonomia e eficiência na aplicação de iniciativas para o mercado de carbono.

Apesar de alguns órgãos do governo terem interesse no tema e proximidade com os proprietários de terra, a maioria ainda carece de informações e conhecimento específico. Dessa forma, o estudo aponta para a necessidade de treinamentos e capacitação técnica para o uso de ferramentas que visam auxiliar a implementação dessas políticas e projetos.

Outro ponto essencial para a eficácia dos projetos é o estabelecimento de estratégias de comunicação e disseminação focadas em diferentes stakeholders, além de uma boa interlocução entre os órgãos dos governos e os setores das instituições implementadoras. Os proprietários devem ser instruídos em como participar do projeto, quais benefícios podem receber e a importância de sua atividade para a comunidade e para a natureza. Paralelamente, a comunidade e instituições de rede de apoio devem estar cientes do projeto e entendê-lo como um aliado ao alcance de benefícios.

Por último, reconhecer governanças locais é fundamental para garantir a individualidade de comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, que podem enfrentar dificuldades associadas às questões específicas de seus territórios. Para isso, os projetos de carbono devem respeitar os direitos dessas comunidades, entendendo a melhor forma de lidar com essa conjuntura, buscando a construção de um manejo e uso da terra positivo para a natureza e para todos.